

Mínimo terá uma política específica

BRASÍLIA — O Governo está decidido a criar uma política específica para a correção do salário-mínimo. As alternativas em estudo vão desde a criação de salários-mínimos diferenciados para os trabalhadores das empresas privadas e para os aposentados da Previdência Social, até a concessão de aumentos reais anuais baseados no crescimento da economia.

O presidente Fernando Henrique tem uma meta: dobrar o poder aquisitivo do mínimo ao final do seu Governo. Mas a equipe ainda tem muitas dúvidas sobre a melhor forma de atingi-la. O principal entrave ao projeto é a Previdência, que paga quase 11 milhões de salários-mínimos mensalmente, além das prefeituras municipais.

Diante disto, o assessor especial do Ministério do Trabalho, Jorge Jatobá, acena com a idéia de criação de pisos diferenciados. A Previdência e o Setor Público ficariam com o mínimo oficial. Ao mesmo tempo, uma comissão tripartite, formada por Governo, empresários e trabalhadores, fixaria um piso maior para os trabalhadores do setor privado. A mudança, entretanto, exigiria alterações na Constituição.

A área técnica do Ministério da Fazenda tem idéia menos ousada. A proposta é reajustar o mínimo sempre no mês de maio pela inflação integral dos 12 meses anteriores, além de conceder aumentos reais que elevem seu poder de compra. Os técnicos ainda não decidiram se o melhor caminho seria manter o IPC-R como fator de correção ou substituí-lo por um outro índice.